



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.47>

Recebido em: **29/07/2020**

Aprovado em: **02/08/2020**

A LIBRAS NO PROCESSO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

LEONARDO SOUZA SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-6906-2467>

JOSILENE SOUZA LIMA BARBOSA

JENNIFER ALANA OLIVEIRA

O presente texto trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a importância da Libras para a inclusão do surdo na sociedade. O estudo aborda o quanto essa língua é complexa, porém fundamental para o desenvolvimento linguístico e sociocultural da comunidade surda. A pesquisa justifica-se diante da necessidade da divulgação da língua e da reivindicação de se fazer cumprir o decreto nº 5626/2005. O objetivo aqui proposto é apresentar a importância da Libras não apenas para a comunicação dos surdos, mas para a aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita. Contudo, após a pesquisa constatou-se que o processo da aquisição das duas línguas ainda caminha em passos lentos diante das fragilidades do sistema de ensino.

Os surdos enfrentam muitos desafios no contexto escolar e social com a falta de profissionais qualificados e recursos apropriados para a aquisição do conhecimento, devido às particularidades da sua língua materna, a LIBRAS. Para compreender melhor o dilema enfrentado pelos surdos, e como se um ouvinte, cuja língua oficial é a Língua portuguesa, fosse obrigado a conviver e ter que se adaptar ao acesso às informações através de uma língua estrangeira, da qual não conhece e/ou domina.

Para os surdos, a língua portuguesa é uma língua estrangeira, e devido à imposição da cultura de uma classe dominante, a maioria dos surdos encontra-se com grande déficit no processo educacional e na comunicação, por não conseguirem compreender o português escrito. Diante desta problemática algumas iniciativas estão sendo tomadas em prol de um melhor desenvolvimento destes indivíduos, através de sites acessíveis e materiais com adaptações, traduções em Libras, cursos de formação continuada para os professores. Estas iniciativas servem para mediar a aprendizagem, bem como proporcionar autonomia às pessoas com surdez.

O interesse pela temática em questão surgiu durante às aulas de Libras nos cursos de licenciatura em química e matemática e por perceber que sem a Libras o processo de leitura e escrita do surdo fica comprometido, fato que afeta as demais áreas do conhecimento.

A pesquisa justifica-se diante da urgência da sociedade conhecer, divulgar e exigir que Libras seja incluída nos currículos das escolas de educação básica e se tornar obrigatória em todos os cursos de graduação. Assim se cumprindo certamente os desafios e dificuldades da comunidade surda será bem menor no processo de inclusão.

Contudo, cabe aos profissionais e principalmente no setor educacional buscar qualificação para atender às necessidades do educando surdo e promover de fato a inclusão.

METODOLOGIA

O texto trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada para a disciplina de Libras. Para este estudo optou-se pela revisão bibliográfica fundamentada em autores referência nessa área.

As fontes utilizadas foram, livros, dissertação e a legislação vigente. As categorias trabalhadas foram: a Libras, a Língua portuguesa escrita e a inclusão social.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil a língua brasileira de sinais (LIBRAS) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas pela lei N° 10.436 de 2002 (BRASIL), regulamentada pelo Decreto N° 5.626, em 2005. A partir deste Decreto, o ensino da libras torna-se obrigatório em cursos de graduação relacionada a área da saúde e educação (Fonoaudiologia, pedagogia e letras), bem como o Ministério da Educação compromete-se a desenvolver programas específicos para a criação de cursos de graduação que visem a formação de professores surdos e ouvintes para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, e de licenciatura em letras: LIBRAS/ Língua Portuguesa como segunda língua, voltada para as séries finais do ensino fundamental de forma a viabilizar às pessoas surdas uma educação bilíngue.

A lei foi fundamental para a inclusão dos surdos na sociedade regulamenta, inclusive tornando obrigatório o uso de língua de sinais não somente aos surdos, mas por incluir no currículo dos cursos de formação de aos professores, assim como garantir a presença de intérpretes nos setores públicos.

Apesar deste amparo legal, para garantir a educação bilíngue para surdos ser considerado recente, algumas poucas experiências começaram a ser desenvolvidas nos últimos anos em nosso país.

Entretanto, infelizmente o desenvolvimento da LIBRAS é ainda restrita aos filhos de surdos usuários desta língua e às raras experiências educacionais que possuem em seu quadro de profissionais, professores surdos. Pode-se dizer que a maioria dos surdos brasileiros ainda desconhece ou pouco conhece a LIBRAS, buscando aprender o português como língua única, pois frequenta escolas para ouvintes como professores que não receberam formação específica para o ensino-aprendizagem desta minoria e que não conhecem a LIBRAS.

Esta situação agrava-se ainda mais ao se considerar a situação de jovens adultos surdos, pois em sua infância não se discutia a importância da LIBRAS. Estes foram submetidos a abordagens clínicas e práticas pedagógicas que buscavam o apagamento da surdez, por meio da tentativa de restituição da audição pelo uso de aparelho de amplificação sonora, pois o objetivo era levá-los ao desenvolvimento da linguagem oral a partir de técnicas mecânicas e descontextualizadas de treino articulatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos surdos nasce em família de ouvintes e conhecem apenas a cultura do seu meio familiar. Reis (2006, p. 52) conta que até os 15 anos não conhecia o mundo dos surdos, a educação dos surdos, a Libras. Depois que começou a frequentar uma associação de surdos, ficou encantada com a comunicação em língua de sinais e em um mês aprendeu a língua que fez a diferença em sua vida. A partir daí, já no ensino médio exigiu um intérprete na escola e concluiu os estudos, ingressando posteriormente na faculdade. A autora relata que com o apoio do intérprete ela conseguia entender 100% dos conteúdos em sala de aula. Quando não dispunha dos serviços desse profissional, conseguia assimilar apenas 60% dos conteúdos, depois de muito esforço para fazer a leitura labial.

Ströbel (2007, p.47) cita que a cultura e a visão ouvintistas, incapacitam o surdo quando não respeitam a sua língua de sinais e sua cultura. Segundo a autora, a falta de audição tem um impacto enorme para a comunidade ouvinte, que criou o estereótipo de que os surdos são deficientes, porque a fala e audição desempenham um papel de destaque na vida em sociedade. A autora chama a atenção:

O que é ser diferente? Não seria igual ou não gostar das mesmas coisas? Com isto, muitas vezes os sujeitos surdos ficam com vergonha de suas identidades surdas na sociedade e têm medo de contar a alguém para não prejudicar a si próprios, pois não querem ser vistos como “doentes” ou “anormais”. (STROBEL, 2007, p.26)

Ao longo do processo histórico os surdos foram expostos às práticas comunicativas artificiais, devido a isso, importância da libras na inclusão também remete ao fato de que a partir do conhecimento da sua língua materna, a pessoa surda aprende novos sinais que remetem aos sinais usados pela comunidade surda. Cabe salientar que muitos surdos usam a comunicação gestual caseira, geralmente é muito utilizada por muitos surdos que não tem acesso à Libras, e precisam se comunicar, principalmente, no âmbito familiar. Conforme expôs Lodi (2005), esse tipo de comunicação gestual caseira consequentemente traz a desvalorização da libras. Estas práticas submetiam a língua de sinais à linguagem oral, e os sinais são utilizados como instrumentos para desenvolvimento da língua majoritária.

O fato de que o surdo é um sujeito que produz cultura baseada na experiência visual requer uma educação fundamentada nesta sua diferença cultural. Com isso a constituição que assegura o direito à diferentes expressões culturais no povo brasileiro, faz antever a necessidade de serem respeitados os direitos culturais dos surdos. Para tanto já há uma série de legislação em relação à educação do surdo, bem como em outros espaços sociais onde o surdo interage adquirindo o conhecimento, garantindo sua fundamentação cultural. Na sociedade brasileira a legislação sobre os surdos é presente e de forma abundante. Isto faz antever a presença de uma série complexa de legislação que não são para a exclusão, mas para o pleno direito à diferença. Estas legislações estabelecem alguns fatos obrigatórios, por exemplo, a educação especial, a educação inclusiva que, mesmo não

garantindo o acesso à cultura surda, garantem o direito à educação. Mas também à legislação que estabelece o momento do uso pleno do direito cultural de acordo, seja ela constituição brasileira, seja com as demais leis educacionais.

Na constituição brasileira de 1967 há alguns artigos assegurados aos surdos o direito de receber educação. Do mesmo modo, na atual Constituição datada de 1988, abre espaços a nossos direitos de educação diferenciada e a diferença cultural. Segue o texto da Constituição atual datada de 1988, onde um dos seus artigos refere-se sobre a cultura.

“A cultura aí está como que para garantir o lugar do surdo como diferença e fundamentar nossa educação. Ele emerge como constituidora dos fundamentos da educação no que têm de interferência as contradições de outras culturas na educação dos surdos.” (Brasil, 1988)

No ano de 1996 com a nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei confirmava como Constituição Brasileira a educação de surdos. A nova LDB tem algumas inovações que permitem indicar melhor perspectivas governamentais e legislativas para a educação de surdos.

Neste cenário, entre as duas comunidades (Surda/Ouvinte), há de fato, a existência de uma nova língua. Para o surdo a língua falada e para o ouvinte a língua de sinais Segundo Skiliar (1998, p. 30), “[...] Todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem com experiência visual”. A Libras não deve ser encarada pelo professor como instrumento de trabalho mais sim como parte da cultura da comunidade surda, sendo sua língua oficial e passando isso para os seus alunos. Para o professor isso não é tarefa fácil, afinal são mudanças radicais e rigorosas em um curto espaço de tempo e muitos deles ainda não se adequaram a esse contexto do cenário educacional. Muito ainda se dá pela falta de informação das diferentes concepções da educação de surdos em nosso país. A educação de surdos possui políticas diferentes e possui origens históricas distintas das do ensino regular. Desse modo, a ausência de condições eficazes para tal permanência pode levá-los a um grande retrocesso no que tange o direito dos alunos surdos a educação em condições de total igualdade em sala de aula. Não é possível pensar em educação, sem levar em conta as questões dos surdos, eles possuem seus direitos de participação plena e efetiva nas escolas regulares.

As escolas brasileiras de ensino regular ainda não estão capacitadas para receber crianças surdas. Faltam professores especializados ou intérpretes, fato esse que compromete a inclusão social e educacional do surdo e não atendem às suas necessidades específicas.

As autoridades governamentais precisam refletir melhor sobre o assunto, adquirir novas práticas e nova maneira de lidar com assuntos antes de criarem impasses quanto à identidade e o processo de aprendizagem das crianças surdas no Brasil, através de que erradamente, chamam de inclusão, numa educação para todos que acaba por excluir visto que incluir, no contexto do surdo, não significa apenas colocá-lo numa sala de ensino comum, mas respeitar suas especificidades linguísticas. Trata-se de um assunto complexo e vasto, no qual deve-se pensar como um todo até porque é preciso levar em conta a realidade de cada local. Isso requer um estudo mais aprofundado da vivência do surdo, suas dificuldades cotidianas e discutir práticas e teorias partindo de uma visão sociocultural.

Vygotsky (1989) chama a atenção de que os surdos estão fisicamente mais aptos para o conhecimento do mundo e para participar da vida social que os outros com deficiências mais severas, e que podem perfeitamente assumir funções na sociedade, assim como os ouvintes. O autor ressalta que os alunos podem aprender todos os conteúdos, inclusive aqueles que são apresentados aos alunos que não têm deficiência, porém as formas de ensinar deverão ser diferenciadas, e os professores precisam conhecê-las, para conduzir da melhor forma a aprendizagem dos alunos com limitações.

Segundo Vygotsky (1989) quando a pessoa com deficiência não é estimulada não consegue se desenvolver, por isso o autor defende que o homem é um ser sócio-histórico e cultural. A sua cultura e o meio social no qual está inserido é que determinarão o seu desenvolvimento.

Os surdos possuem a sua cultura surda. Reis (2006, p.36) cita que a cultura surda envolve valores da língua de sinais, das identidades e da diferença cultural, da pedagogia dos surdos adquiridos ao compartilhar entre os povos surdos. A cultura surda é parte das comunidades surdas que englobam: as associações de surdos e as lutas de surdos são os valores dos povos surdos.

No cotidiano na sala de aula os professores do ensino regular têm vivências de uma realidade bastante diferente da teoria. Os professores desconhecem sobre os assuntos inerentes à comunidade surda. Seus questionamentos versam sobre: O que fazer com seus alunos surdos? Sem dúvidas, umas das dificuldades mais encontradas é exatamente como avaliar esse aluno surdo incluído. Ele deverá fazer provas diferenciadas? Mais se ele deve ser tratado como os demais, por que a diferenciação? Neste momento, o professor vivencia um embate psicológico complexo e nem sempre sabe lidar com tudo isso. O conteúdo de escola precisa ser mediado através da Libras ou tecnologias disponíveis. Portanto, mais do que se certificar da aprendizagem, é necessário utilizar métodos que permitem a autonomia e a tomada de decisão do aluno.

A imagem criada pela sociedade (ouvinte) sobre o surdo e de que ele não é capaz, que ele é inferior. O problema maior não é a deficiência em si, mais a desinformação, acerca da realidade dos surdos, de grande parte da sociedade gerando preconceito e dificultando o processo de inclusão nos diversos seguimentos da sociedade. Com isso, é relevante constatar a importância da LIBRAS na vida das pessoas surdas. Ela caracteriza uma identidade surda e por meio dela é garantido a valorização e conhecimento da cultura surda que por tanto tempo foi alvo da exclusão. Popularizando a língua de sinais, garante-se ao surdo a possibilidade de reconhecimento e legitimidade desta comunicação.

O ensino e a utilização da LIBRAS deve receber cada vez mais incentivo, não apenas nas instituições escolares, como também na sociedade como um todo, promovendo assim, a melhoria da qualidade de vida dos surdos, deixando cair por terra perspectivas meramente filantrópicas, mais sim assegurando direitos como cidadão, descrito na constituição e o respeito às diferenças.

É preciso entender que ainda se adota o modelo da integração, onde apesar de estarem em uma escola regular, os surdos não conseguem se comunicar através da sua língua e fica à mercê da imposição das línguas orais do seu país.

Considerações Finais

A pesquisa vem reforçar que as medidas de inclusão social do surdo precisam acontecer em uma escala maior e em todos os setores da sociedade.

A obrigatoriedade do ensino da Libras não pode ficar restrita aos cursos de licenciatura e fonoaudiologia. No ato do decreto cabia devido a falta de profissionais qualificados para ministrar essa disciplina, porém aos longos desses últimos quinze anos já foi possível formar um número considerável de profissionais aptos para assumirem a disciplina. É urgente essa inclusão nos currículos desde as séries iniciais da educação básica para minimizar os prejuízos acadêmicos e sociais da comunidade surda.

Contudo, esse estudo despertou o interesse na realização de um estudo de caso em uma escola regular ou associação de surdos para uma investigação mais profunda sobre essa temática tão importante e atual. Espera-se que em um futuro próximo a realidade da inclusão da Libras e a aquisição da língua portuguesa escrita possa ter um avanço significativo na sociedade brasileira.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988 BRASIL. Ministério de Educação. Decreto nº5626, Brasília, 2005.

BARBOSA, Josilene. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas** / Josilene Souza Lima Barbosa. – São Cristóvão, 2011.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

REIS, Flaviane. **Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SALLES, Heloisa Moreira Lima, et al. **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

STROBEL, Karin Lilian. História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In QUADROS, Ronice Muller de; Perlin Gladis. **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Tomo Cinco: fundamentos de defectología**; trad. Carmen Ponce Fernández. – Madri, Espanha: Pueblo y Educación, 1989.

Graduando em Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Sergipe- Campus Aracaju*. leonardojml@outlook.com

Graduanda em Licenciatura em Química do Instituto Federal de Sergipe- Campus Aracaju.***. E-mail jennifer.alana1227@gmail.com

Professora Mestra do quadro efetivo do Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju. Membro do Grupo de Estudos em Educação Profissional e Tecnológica-IFS. E-mail: Josilene.barbosa@ifs.edu.br / josylenelbarbosa@yahoo.com.br